

- e) Divulgar os seus produtos e serviços junto dos associados, através da Associação;
- f) Possibilidade de realizarem acordos protocolares com a Associação.

Artigo 8.º

Deveres dos associados efectivos e aliados

1 — São deveres dos associados efectivos:

- a) Respeitar o preceituado dos estatutos e regulamento, assim como as deliberações dos seus órgãos, facilitando e auxiliando estes no desempenho das suas funções;
- b) Exercer o cargo para que foram eleitos, salvo motivo de força maior considerado justificado pela direcção;
- c) Pagar pontualmente a jóia de inscrição, a quota anual e demais encargos que forem estabelecidas em assembleia geral;
- d) Fornecer todos os dados estatísticos solicitados pela Associação;
- e) Contribuir para o bom nome e progresso da ARP.

2 — São deveres dos associados aliados:

- a) Respeitar o preceituado dos estatutos e regulamento, assim como as deliberações dos seus órgãos, facilitando e auxiliando estes no desempenho das suas funções;
- b) Pagar pontualmente a jóia de inscrição e a quota mensal;
- c) Fornecer todos os dados estatísticos solicitados pela Associação;
- f) Contribuir para o bom nome e progresso da ARP.

Registados em 14 de Março de 2007, ao abrigo do artigo 514.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sob o n.º 23, a fl. 69 do livro n.º 2.

Assoc. Comercial e Industrial de Vizela Alteração

Alteração, aprovada em assembleia geral de 18 de Dezembro de 2003, aos estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1999, e 3.ª série, n.ºs 21, de 15 de Novembro de 1994, e 18, de 30 de Setembro de 1994.

Artigo 2.º

Sede e âmbito

A Associação Comercial e Industrial de Vizela tem a sua sede na Praceta de Salvador Caeiro Braz, 108, rés-do-chão, trás, freguesia de São Miguel das Caldas de Vizela, concelho de Vizela, abrangendo a área do seu concelho, podendo estabelecer delegações ou outras formas de representação em qualquer outro local.

Artigo 10.º

Órgãos sociais

.....

4 — A eleição dos órgãos sociais deverá efectuar-se até 31 de Maio do 1.º ano do novo mandato.

Artigo 14.º

Reuniões

1 — A assembleia geral reúne ordinariamente até final do mês de Maio de cada ano para votação do relatório anual, contas de gerência da direcção e parecer do conselho fiscal, bem como da proposta orçamental, e extraordinariamente sempre que para tal seja convocada a requerimento de pelo menos um quarto dos seus associados ou por iniciativa da direcção ou do conselho fiscal.

Artigo 31.º

Relatório e contas

O relatório da direcção e as contas de gerência anuais serão apreciados e votados em reunião da assembleia geral até final do mês de Maio do ano seguinte ao exercício a que respeitem.

Registados em 15 de Março de 2007, ao abrigo do artigo 514.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sob o n.º 24, a fl. 69 do livro n.º 2.

ARP — Assoc. Rodoviária de Transportadores Pesados de Passageiros — Rectificação

Por se terem verificado omissões na publicação dos estatutos da ARP — Associação Rodoviária de Transportadores Pesados de Passageiros, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Março de 2007, procede-se à sua republicação integral:

Estatutos

CAPÍTULO I

Denominação, sede e fins

Artigo 1.º

Denominação e natureza

A ARP — Associação Rodoviária de Transportadores Pesados de Passageiros designada por ARP é uma associação de empregadores constituída por duração ilimitada, regendo-se pelo disposto na lei, nos presentes estatutos e no regulamento interno.

Artigo 2.º

Sede e delegação

1 — A ARP tem a sua sede na cidade do Porto.

2 — Podem ser criadas delegações noutras localidades do território nacional.

3 — A criação de delegações ou outros meios de representação competirá à assembleia geral, sob proposta da direcção.

Artigo 3.º

Âmbito

A ARP abrangerá as sociedades comerciais ou cooperativas, que nela se inscrevam, licenciadas na actividade de transportes públicos nacionais ou internacionais pesados de passageiros devidamente autorizadas pela entidade competente para o efeito.

Artigo 4.º

Fins e competência

A ARP tem por fim a prossecução, promoção e defesa dos interesses globais e comuns dos seus associados, cooperando activamente com entidades públicas e privadas, com vista ao seu desenvolvimento técnico e económico, competindo-lhe nomeadamente:

- a) Assumir um papel activo na análise e definição das medidas de política económica, financeira, social e jurídico-administrativas relacionadas com os transportes públicos rodoviários de passageiros;
- b) Representar e defender os seus associados junto de todas as entidades públicas e privadas nacionais e internacionais;
- c) Fomentar, desenvolver e dinamizar a cooperação comercial e empresarial para todos os seus associados;
- d) Actuar ao nível da mobilização, divulgação e sensibilização das medidas tendentes à defesa dos interesses dos seus associados;
- e) Disponibilizar apoio e esclarecimentos aos associados, nomeadamente na área jurídica, formação profissional e assistência técnica;
- f) Promover, organizar e realizar acções de formação profissional, congressos, colóquios e exposições no âmbito das actividades desenvolvidas pelos associados.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 5.º

Categorias

1 — A ARP terá associados efectivos e honorários.

2 — Poderão ser admitidas como associados efectivos as sociedades comerciais ou cooperativas, legalmente constituídas, e que comprovem o licenciamento na actividade de transportes públicos pesados de passageiros.

3 — Poderão ser associados honorários, com isenção de pagamento de quotas, as pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado serviços relevantes à Associação ou tenham significativamente contribuído para a prossecução dos objectivos da mesma.

Artigo 6.º

Admissão

1 — Podem requerer a sua inscrição como associado efectivo as sociedades comerciais ou cooperativas legalmente constituídas e que comprovem o licenciamento na actividade transportes públicos pesados de passageiros pela entidade competente.

2 — Os associados efectivos adquirem o pleno gozo dos seus direitos três meses após a aprovação do seu pedido de inscrição.

3 — A atribuição do título de associado honorário compete à assembleia geral, sob proposta de qualquer órgão social ou associado.

Artigo 7.º

Direitos dos associados

São direitos de todos os associados:

- a) Participar nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que às mesmas forem submetidos;
- b) Receber o relatório de contas, o programa, o orçamento, circulares e outras publicações da Associação;
- c) Ser informado dos assuntos de interesse dos associados, nomeadamente legislação do sector;
- d) Eleger e ser eleitos para os órgãos da Associação;
- e) Solicitar a convocação de assembleias gerais extraordinárias, nos termos do disposto nos presentes estatutos.

Artigo 8.º

Deveres dos associados efectivos

São deveres dos associados efectivos:

- a) Respeitar o preceituado nos estatutos e regulamento, assim como as deliberações dos seus órgãos, facilitando e auxiliando estes no desempenho das suas funções;
- b) Exercer o cargo para que foram eleitos, salvo motivo de força maior considerado justificado pela direcção;
- c) Pagar uma jóia de inscrição, a quota anual e demais encargos que forem estabelecidos em assembleia geral;
- d) Fornecer todos os dados estatísticos solicitados pela Associação;
- e) Contribuir para o bom nome e progresso da ARP.

Artigo 9.º

Direitos dos associados honorários

São direitos dos associados honorários:

- a) Isenção de pagamento de quotas;
- b) Possibilidade de assistir às assembleias gerais, sem direito a voto.

Artigo 10.º

Representação dos associados

1 — O representante de cada associado junto da ARP deverá ser designado e comunicado por escrito, no prazo

máximo de 15 dias após a admissão na Associação, pelo associado.

2 — A substituição do representante indicado no número anterior deverá ser informada por escrito no prazo máximo de 15 dias.

Artigo 11.º

Exclusão de associados

Perdem a qualidade de associados efectivos:

- a) Os associados que deixarem de cumprir o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do presente estatuto;
- b) Aqueles que pedirem a sua demissão, por carta registada, dirigida ao presidente da direcção;
- c) Aqueles que, em sede de processo disciplinar, forem sancionados com pena de expulsão;
- d) Aqueles que não regularizem as suas quotas ou demais encargos, mantendo-as em falta por mais de seis meses.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposição geral

Artigo 12.º

Órgãos sociais

1 — Para a prossecução das atribuições constantes dos presentes estatutos, conta a Associação com os seguintes órgãos:

- a) A assembleia geral;
- b) A direcção;
- c) O conselho fiscal.

2 — A designação, para os cargos dos órgãos sociais, será feita por eleições através de sufrágio secreto nos termos do regulamento.

3 — A duração dos mandatos, para os órgãos sociais, é de três anos, sendo sempre permitida a reeleição, excepto para os cargos de presidente dos mesmos, pois, neste caso, nunca poderão ultrapassar dois mandatos consecutivos.

4 — a) Os cargos de eleição podem ser remunerados nas condições a definir em regulamento interno.

b) O montante da remuneração terá que ser submetido à aprovação da assembleia geral sob proposta da direcção.

SECÇÃO II

Da assembleia geral

Artigo 13.º

Natureza e composição

1 — A assembleia geral é o órgão máximo da ARP, nela tendo assento todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, mas cabendo apenas aos seus associados efectivos o poder deliberativo.

2 — As deliberações da assembleia geral, tomadas por maioria dos votos dos associados presentes, vinculam todos os associados.

Artigo 14.º

Competência

São competências da assembleia geral, para além das definidas na lei:

- a) Eleger a respectiva mesa;
- b) Eleger os demais órgãos da Associação, em regime de listas solidárias pelo período de três anos, devendo os mandatos coincidir com a assembleia geral ordinária;
- c) Destituir os titulares dos órgãos sociais da Associação, como disposto no artigo 19.º, no seu n.º 2;
- d) Deliberar, sobre os recursos interpostos de decisões proferidas pela direcção, no âmbito de processos disciplinares;
- e) Aprovar o relatório e contas relativo ao ano anterior, bem como o programa e o orçamento para o ano em curso;
- f) Fixar, sob proposta de direcção, o valor da jóia, das quotas e demais encargos;
- g) Pronunciar-se e deliberar sobre todas as questões relativas à Associação;
- h) Deliberar, sob proposta da direcção, a alteração dos estatutos e regulamento interno.

Artigo 15.º

Reuniões

1 — A assembleia geral reúne ordinariamente até 31 de Março de cada ano para os fins constantes da alínea e) do artigo anterior.

2 — A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que a sua convocação for requerida ao presidente da mesa, pela direcção, pelo conselho fiscal, ou no mínimo, por um quarto dos associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

3 — Qualquer associado poderá fazer-se representar por outro associado com assento na assembleia geral mediante carta endereçada ao presidente da mesa. Nenhum associado poderá receber a representação de mais de três associados.

Artigo 16.º

Convocatórias

1 — A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa por aviso postal remetido a todos os associados com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

2 — Em ano de eleições a assembleia geral deverá ser convocada com, pelo menos, 30 dias de antecedência.

3 — De tal convocatória constará ordem de trabalhos e, quando se trate da convocação de uma assembleia geral extraordinária, dela constará ainda a indicação de quem a requereu e dos motivos invocados para a sua realização.

Artigo 17.º

Mesa da assembleia geral

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2 — Ao presidente da mesa, para além dos demais poderes que lhe são conferidos pelos presentes estatutos, compete dirigir os trabalhos da assembleia geral.

3 — Ao vice-presidente compete coadjuvar o presidente e substituí-lo nas faltas e impedimentos.

4 — Ao secretário compete:

- a) Verificar a regularidade da situação estatutária dos associados que se apresentam à assembleia;
- b) Escrutinar os votos;
- c) Elaborar a acta.

Artigo 18.º

Quórum

1 — A assembleia geral pode deliberar, em primeira convocatória, desde que à mesma compareçam ou se façam representar metade dos associados efectivos.

2 — A assembleia geral pode deliberar, em segunda convocatória, meia hora depois da primeira convocatória, com qualquer número de associados, sempre que o assunto seja o mesmo da primeira e tal se declare no aviso convocatório.

Artigo 19.º

Deliberações

1 — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples de voto dos associados presentes e representados, salvo quando a lei ou os estatutos exigirem maioria qualificada.

2 — As deliberações sobre os estatutos, regulamento interno e destituição dos titulares dos órgãos sociais, exigem o voto favorável de três quartos do número de votos expressos dos associados presentes e representados.

3 — As deliberações sobre a dissolução da Associação só poderão ser pronunciadas com o acordo de pelo menos três quartos dos associados efectivos.

4 — Cada associado efectivo tem direito a um voto.

5 — O não pagamento da quota referente ao trimestre vencido e demais encargos impede o exercício do direito de voto.

SECÇÃO III

Da direcção

Artigo 20.º

Natureza e composição

1 — A direcção é o órgão executivo responsável pela gestão e administração da Associação, bem como pela sua representação a nível nacional e internacional.

2 — A direcção é um órgão colegial e é composto de um presidente, dois vice-presidentes, um secretário e um tesoureiro.

Artigo 21.º

Competência

1 — São competências da direcção, para além das definidas no regulamento geral interno:

- a) Dar execução às deliberações da assembleia geral;
- b) Representar oficialmente a ARP;
- c) Cumprir e fazer cumprir os regulamentos da ARP;
- d) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral os relatórios de onde constem a informação sobre a execução do plano de actividades e as contas do exercício anterior;
- e) Apresentar à assembleia geral o plano de actividades e orçamento para o exercício seguinte;
- f) Elaborar processos disciplinares e submetê-los à apreciação e aprovação da assembleia geral;
- g) Apresentar alterações aos estatutos e regulamento geral interno e submetê-los à apreciação e aprovação da assembleia geral;
- h) Propor à assembleia geral a fixação do valor de jóia de admissão e da quota anual;
- i) Criar, organizar e dirigir os serviços e contratar todo o pessoal necessário;
- j) Deliberar sobre a admissão de novos associados efectivos;
- k) Propor à assembleia geral a filiação da Associação noutros organismos nacionais e internacionais.

2 — Para obrigar a Associação em quaisquer actos e ou contratos são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da direcção, devendo uma delas ser a do presidente da direcção ou no seu impedimento o vice-presidente substituto.

Artigo 22.º

Reuniões e quórum

1 — As reuniões da direcção realizar-se-ão mensalmente e ou, além destas, sempre que convocadas pelo seu presidente.

2 — As deliberações só poderão ser aprovadas por maioria dos membros da direcção, cabendo ao presidente ou, no impedimento deste, ao vice-presidente substituto, em caso de empate, o voto de qualidade.

3 — É obrigatória a comparência às reuniões dos membros da direcção, implicando a ausência a duas reuniões ordinárias consecutivas sem motivo justificado ou com justificação não aceite pela maioria dos restantes membros a perda automática do respectivo mandato.

4 — A direcção pode convocar, sempre que o entenda, outros associados ou colaboradores para as suas reuniões.

SECÇÃO IV

Do conselho fiscal

Artigo 23.º

Natureza e composição

1 — O conselho fiscal é o órgão fiscalizador da actividade da ARP.

2 — O conselho fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Artigo 24.º

Competência

Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar os actos da direcção;
- b) Prestar parecer sobre o relatório e contas anual;
- c) Zelar pelo cumprimento dos estatutos e regulamentos;
- d) Dar parecer, sobre os assuntos que a assembleia geral ou direcção entendam submeter à sua apreciação;
- e) Verificar, sempre que o entenda, as contas da Associação.

Artigo 25.º

Reuniões e quórum

1 — O conselho fiscal reúne, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, sempre que convocado pelo seu presidente.

2 — O conselho fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros, tendo o presidente o voto de qualidade em caso de empate.

3 — É obrigatória a comparência dos membros às reuniões do conselho fiscal, pelo que a sua falta a duas reuniões ordinárias sem motivo justificado ou com justificação não aceite pela maioria dos restantes membros implica a perda automática do respectivo mandato.

4 — O conselho fiscal pode convocar, sempre que o entenda, outros associados ou colaboradores para as suas reuniões.

SECÇÃO V

Das eleições

Artigo 26.º

Votação

1 — As eleições dos órgãos sociais serão feitas por escrutínio secreto, na forma prevista na lei geral para os actos eleitorais similares, na parte em que os presentes estatutos sejam omissos.

2 — Podem votar todos os sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos.

3 — O direito a voto é exercido presencialmente pelo próprio associado ou representante devidamente mandatado para o efeito ou por correspondência.

4 — Cada eleitor não poderá representar mais de três associados, devendo, para tal, apresentar documento emitido pelo representado conferindo poderes para o acto, reservando-se ao presidente da mesa da assembleia geral o direito de exigir os elementos que considere necessários para comprovar tal delegação de poderes.

5 — A não observância das regras previstas nos números anteriores, aquando da realização do acto eleitoral, poderá determinar a invalidade do voto.

Artigo 27.º

Listas eleitorais

1 — Poderão apresentar listas eleitorais para concorrer aos diferentes órgãos sociais:

- a) A direcção em exercício de funções;
- b) Todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos, que para tal formem as respectivas listas eleitorais e reúnam um mínimo de 20 associados proponentes.

2 — Os proponentes enviarão ao presidente da mesa da assembleia, até 15 dias antes da data das eleições, a respectiva lista candidata.

3 — O presidente da mesa da assembleia afixará na sede social as listas candidatas, até 10 dias antes das eleições.

SECÇÃO VI

Do regime financeiro

Artigo 28.º

Proveitos

1 — Constituem proveitos da ARP:

- a) As importâncias das jóias e quotas fixas;
- b) As quantias resultantes da comercialização de impressos ou quaisquer outros documentos relacionados com a actividade transportadora;
- c) As quantias provenientes da prestação de serviços de apoio ao sector;
- d) Subsídios, patrocínios e verbas provenientes da promoção da actividade e sua divulgação;
- e) Quaisquer donativos, legados ou outras receitas que venham a ser atribuídas à Associação;
- f) Juros provenientes dos seus fundos capitalizados.

2 — Todos os proveitos serão obrigatoriamente depositados em instituições bancárias em contas da Associação.

Artigo 29.º

Custos

1 — As despesas da ARP são as constantes dos orçamentos previamente aprovados e terão a aplicação que neles estiver definida.

2 — Sempre que se preveja que o valor das realizações possa vir a ultrapassar o valor orçamentado ou tiver

aplicação divergente da que estiver definida, deverá ser elaborado e aprovado orçamento suplementar.

3 — Os contratos de aquisição de bens móveis e imóveis, estudos, projectos, empréstimos ou outros contratos susceptíveis de gerar encargos financeiros de valor superior a € 25 000 necessitam de deliberação específica da assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais e finais

Artigo 30.º

Regulamento geral

Os presentes estatutos serão regulamentados através do regulamento geral interno da ARP.

Artigo 31.º

Ano social

O ano social coincidirá com o ano civil.

Artigo 32.º

Alterações aos estatutos

As propostas de alteração dos estatutos e regulamento só poderão ser discutidas e votadas em assembleia geral extraordinária, só fazendo vencimento ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 19.º

Artigo 33.º

Comissão organizadora

Constituem-se em comissão organizadora todos aqueles que promovam a regularização da ARP.

Artigo 34.º

Primeiras eleições

As primeiras eleições realizar-se-ão nos 90 dias imediatos ao reconhecimento legal da ARP, segundo regulamento provisório estabelecido pela comissão organizadora.

Artigo 35.º

Destituição dos titulares dos órgãos

1 — A deliberação sobre a destituição dos órgãos sociais da ARP compete à assembleia geral em reunião extraordinária.

2 — A destituição será baseada em proposta explícita e fundamentada em actos ou atitudes que envolvam graves prejuízos e desprestígio para a ARP ou associados.

3 — Durante a vacatura proceder-se-á da seguinte forma:

- a) O cargo do titular destituído será assegurado por um dos restantes membros da mesa ou do órgão a que pertença, designado por estes entre si;

- b) Se a destituição for colectiva, a mesa da assembleia geral será constituída pelo conselho fiscal e a direcção e o conselho fiscal serão substituídos pela mesa da assembleia geral.

Artigo 36.º

Incompatibilidades

1 — Nenhum associado eleito pelos órgãos sociais poderá acumular cargos nos referidos órgãos.

2 — A substituição do representante legal na ARP que pertença aos órgãos sociais implica a perda de mandato.

3 — Está vedado o acesso aos órgãos sociais a todos os associados que façam parte dos órgãos de outra associação que se insira no mesmo âmbito da ARP.

Artigo 37.º

Dissolução

1 — A ARP dissolve-se nos casos previstos na lei ou por deliberação da assembleia geral extraordinária, com base no disposto no n.º 3 do artigo 19.º

2 — O destino do património, ressalvadas as disposições legais aplicáveis, competirá à assembleia geral.

3 — A liquidação, neste âmbito, será tomada a cargo de uma comissão nomeada para o efeito pela assembleia geral.

Artigo 38.º

Vigência

Os presentes estatutos vigoram com a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, excepto no respeitante à composição dos órgãos sociais que entrarão em vigor após a primeira eleição.

Regulamento interno

CAPÍTULO I

Âmbito e serviços

Artigo 1.º

Âmbito

Em conformidade com o disposto do artigo 4.º dos estatutos, a ARP prestará aos associados no âmbito da sua actividade:

- a) Assistência jurídica, através de consultores jurídicos, sobre a interpretação e o cumprimento das normas legais referentes ao exercício da sua actividade;
- b) A assistência jurídica deverá ser solicitada e prestada sob a forma escrita;
- c) Assistência técnica ou documental;
- d) Assistência profissional, nomeadamente através de colóquios ou congressos, que visem uma melhoria do nível profissional;
- e) Outros meios de assistência que se julguem oportunos.

Artigo 2.º

Comunicações

1 — Para efeitos técnicos e estatísticos, deverão os associados prestar todas as informações solicitadas pela Associação.

2 — Deverão os associados comunicar qualquer alteração respeitante à sua denominação social, sede, capital social, gerência e forma jurídica no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 3.º

Pagamento de quotas

1 — As quotas consideram-se vencidas no 1.º dia do trimestre a que se reportarem, devendo ser liquidadas no prazo de 30 dias a contar da sua emissão.

2 — Todos os demais encargos deverão respeitar o prazo de liquidação disposto no artigo anterior.

Artigo 4.º

Suspensão dos serviços

Sem prejuízo da alínea *d*) do artigo 11.º do Estatuto, a prestação de serviços aos associados fica suspensa até cumprimento do disposto dos artigos 4.º e 5 do Regulamento.

Artigo 5.º

Disciplina dos associados

1 — O não cumprimento do disposto nos presentes estatutos, deliberações da assembleia geral e presente regulamento interno constitui infracção disciplinar, punível consoante a sua gravidade e demais circunstâncias que nela ocorram com:

- a*) Advertência;
- b*) Expulsão.

2 — Compete à direcção a aplicação das sanções na alínea *a*) do número anterior e ainda a sanção referida na alínea *b*), quando se tratar da falta de pagamento das quotas.

3 — Compete à assembleia geral a aplicação da sanção referida na alínea *b*) do n.º 1 nas restantes situações.

4 — A aplicação da sanção referida no número anterior será sempre precedida da dedução de acusação escrita, contendo especificamente os factos que integram a presumível infracção e da sua notificação ao associado acusado, para que apresente, querendo, a sua defesa no lapso de 15 dias.

5 — Das decisões da assembleia geral cabe recurso para os tribunais comuns.

6 — Os recursos referidos no número anterior têm sempre efeito suspensivo.

7 — A falta de pagamento pontual das contribuições a que os associados efectivos se obrigam ou estejam

obrigados para com a ARP dará lugar à aplicação de sanções disciplinares, sem prejuízo do recurso para os tribunais comuns, para obtenção do pagamento das importâncias em dívida.

CAPÍTULO II

Das eleições

Artigo 6.º

Convocação eleitoral

Será da competência do presidente da assembleia geral o envio, por aviso postal, a todos os associados, com pelo menos 30 dias de antecedência, a convocação para a assembleia eleitoral.

Artigo 7.º

Prazo para entrega de candidaturas

1 — As listas de candidatura deverão ser entregues em duplicado, mencionando os membros e os respectivos cargos a eleger e acompanhadas de um termo de aceitação e do programa de acção, até às 18 horas do 15.º dia anterior ao acto eleitoral.

2 — Até 10 dias antes do acto eleitoral, terá o presidente da assembleia geral de proceder ao envio, por aviso postal, a todos os associados, das listas candidatas aos órgãos sociais com a indicação dos membros e os cargos a eleger.

3 — Na convocatória deverá também constar a indicação do local, data e hora, em que o acto eleitoral decorrerá.

4 — Deverá constar das listas, obrigatoriamente, um substituto para cada órgão social a eleger.

Artigo 8.º

Apresentação das listas

1 — As listas candidatas serão classificadas pela ordem do alfabeto segundo a apresentação cronológica ao presidente da assembleia geral.

2 — Todas as reclamações serão analisadas e decididas pela mesa da assembleia geral. A decisão será proferida no prazo de quarenta e oito horas.

Artigo 9.º

Acto eleitoral

1 — A assembleia geral eleitoral funcionará, pelo menos, durante duas horas.

2 — Na abertura da assembleia geral eleitoral, as listas candidatas designarão entre os presentes, um seu representante para, junto da mesa da assembleia geral eleitoral, como escrutinador, acompanhar o acto eleitoral.

3 — O resultado das eleições será anunciado pelo presidente da mesa da assembleia geral eleitoral, depois de elaborada a respectiva acta, assinada pela mesa, pelos escrutinadores e pelos presentes que o desejarem.

4 — No caso de igualdade de votos entre as duas listas mais votadas, proceder-se-á a nova eleição, entre as mesmas, para desempate.

5 — A nova votação deverá ser realizada no prazo de 15 dias.

Artigo 10.º

Reclamação

1 — O prazo de reclamação sobre qualquer irregularidade verificada no decorrer da eleição será de dois dias e deverá ser dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral eleitoral pelo associado que tenha assistido ao mesmo e se encontre em pleno gozo dos seus direitos.

2 — A mesa da assembleia geral eleitoral apreciará as reclamações e emitirá a sua decisão no prazo máximo de quarenta e oito horas.

3 — Findo o prazo para as reclamações e decisão sobre as mesmas, a mesa da assembleia geral eleitoral organizará uma relação com os nomes dos candidatos da lista vencedora, que será divulgada aos associados.

Artigo 11.º

Posse dos órgãos

A tomada de posse dos órgãos eleitos será conferida pelo presidente da mesa da assembleia geral e terá lugar na sede da ARP ou em local a designar, logo após proclamados os resultados definitivos.

CAPÍTULO III

Dos custos sociais

SECÇÃO I

Reembolso das despesas

Artigo 12.º

Membros dos órgãos sociais

Caberá à futura direcção apresentar, de acordo e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º dos estatutos, a forma e os montantes a remunerar.

Artigo 13.º

Convidados

As entidades convidadas a participar em reuniões de interesse para a ARP de acordo com o disposto na alí-

nea f) do artigo 4.º têm direito ao pagamento das despesas de deslocação, mediante acordo prévio.

Artigo 14.º

Colaboradores

As despesas de deslocação dos colaboradores da ARP serão pagas nos termos dos contratos colectivos por que se regem, com excepção das deslocações ao estrangeiro, cujos montantes terão de ser previamente fixados pela direcção.

SECÇÃO II

Dos procedimentos contabilísticos

Artigo 15.º

Orçamento

A ARP será gerida por planos e orçamentos aprovados nos termos dos estatutos.

Artigo 16.º

Procedimentos contabilísticos

1 — A ARP reger-se-á contabilisticamente pelo Plano Oficial de Contabilidade e adoptará regras de procedimento contabilístico gerais e uniformes, de forma a permitir uma atempada consolidação, verificação e prestação de contas.

2 — A direcção elaborará o manual de procedimentos e definirá prazos para uma atempada prestação de contas, de forma a permitir o rigoroso cumprimento das obrigações fiscais da ARP.

Artigo 17.º

Ordens de pagamento

Todos os pagamentos serão titulados por documentos denominados «ordem de pagamento» de que constará obrigatoriamente:

- a) O valor orçamentado;
- b) O valor despendido;
- c) O valor transitado;
- d) O valor da despesa;
- e) O número da conta a que corresponde a rubrica orçamental.

Artigo 18.º

Vigência

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação e publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

Registados em 29 de Abril de 2005, ao abrigo do artigo 519.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sob o n.º 46/2005, a fl. 47 do livro n.º 2.